



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL

Realizada em 01 de março de 2017

N.º 05/2017

Ao primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e dezassete, realizou-se, pelas dezasseis horas e vinte e cinco minutos, na sala de sessões dos Paços do Município, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pela Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria das Dores Marques Banheiro Meira, e na mesma estiveram presentes o Sr. Vice-Presidente André Valente Martins os Srs. Vereadores Luís Filipe Alexandre Rodrigues, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Sandra Marina Lopes Frota Gomes, Manuel Joaquim Pisco Lopes, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Fernando Miguel Catarino José e Fernando Jorge de Oliveira Paulino.

O Sr. Vereador Jorge Manuel Lampreia Patrício, esteve presente em substituição do Sr. Vereador Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, ficando o pedido de substituição e o documento de verificação de legitimidade e identidade de membro substituto, em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 2.

A Sra. Vereadora Maria Dália Pimentel Pereira Vale Rego, esteve presente em substituição do Sr. Vereador Paulo Alexandre da Cruz Lopes, ficando o pedido de substituição e o documento de verificação de legitimidade e identidade de membro substituto, em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 3 e 4.

Secretariou a reunião, de acordo com n.º 3, do art.º 25.º, do Regulamento da Organização de Serviços em vigor, o Diretor do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos, Paulo Jorge Simões Hortênsio.

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do seu gabinete, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 5.
- b) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 6.
- c) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vice-Presidente, no âmbito do Departamento de Urbanismo (Licenciamentos), conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 7.
- d) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, no âmbito do seu gabinete, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 8.
- e) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Vereadora Carla Guerreiro, no âmbito da Divisão de Recursos Humanos do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 9.

- f) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vereador Pedro Pina, no âmbito do Departamento de Cultura, Educação, Desporto, Juventude e Inclusão Social, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 10.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Sei que recentemente foi promovido pela Sra. Presidente uma das reuniões públicas para auscultar a população em que foi apresentado um estudo que não passou por aqui e que é sobre a Azinhaga dos Espanhóis. Assim, gostava de ter acesso ao estudo porque foi apresentado em nome da Câmara Municipal. Pode até estar muito bem feito, mas não o conheço.

Volto agora a um dos assuntos que já passou por aqui, sendo sobre a praça de touros. Continuo a dizer que seria importante que este equipamento viesse à posse da Câmara, e por todas as razões. No entanto, continuo a alertar todos para a forma totalmente incompleta como o processo veio a reunião. Sei que foi enviado o suposto documento de avaliação deste equipamento à Assembleia Municipal, e foi também enviado para mim. Ao contrário de outros processos que aqui estão hoje para aprovarmos, ou não, esta avaliação está apenas assinada por José Vidal Marques e não pelos três técnicos que fazem parte da comissão de avaliação municipal. Além disso, mesmo que este momento fosse o certo do ponto de vista formal, não sei como é que nós, políticos, podemos decidir sobre este documento. Diz assim: *“trata-se de um valor que deverá ser encarado com prudência dado que foi estimado através do método de custo, na absoluta ausência de dados sobre o mercado, sobre o eventual rendimento gerado pela exploração do edifício”*. Portanto, neste momento eu não poderia aprovar. A todos os que aprovaram, e aos que vão aprovar na Assembleia Municipal, este documento não serve e não é só um problema do mesmo. Continuo a entender que devemos encontrar a melhor forma para que venha à posse da Câmara de uma forma correta e defendendo todo o interesse público, como é evidente. Há outra questão de que também tive conhecimento sobre este processo, nem todos os proprietários foram contactados para a eventual aquisição. A Sra. Presidente disse-nos aqui que sim, mas a informação que tenho é que não. Era importante esclarecer tudo isto junto de quem de direito, quem são os proprietários, se foram todos contactados e se estão todos de acordo também, porque senão podemos ter aqui outros problemas para além dos que estou a levantar e que têm a ver, eventualmente, com alguma falta de informação que possamos não ter. É um pedido de informação que peço e é importante que todos estejamos alertados para estas questões que não são de somenos, não são propriamente só questões técnicas.

Sra. Presidente – Sobre a Azinhaga dos Espanhóis não é só para ali que temos estudos, temos para tudo e mais alguma coisa. Assim dá a ideia de que todos os estudos dos membros do executivo que têm funções executivas teriam de passar por aqui. Estamos a falar de gestão corrente, portanto é uma altura de atirar um bocadinho de “serradura para os olhos” de quem nos ouve, mas também é altura de responder e clarificar as coisas: não é verdade, não tem de passar por aqui. O estudo como o da Azinhaga dos Espanhóis é feito para tudo e mais alguma coisa e quando for caso disso. Quando quiser este ou outro processo qualquer é só dizer. Por acaso até tenho hoje um para entregar ao Sr. Vereador Paulo Lopes que o pediu há alguns dias e assim vou entregá-lo à bancada do Partido Socialista. É um estudo sobre uma parte do Bairro de Santos Nicolau, ali na barreira, e sobre o que vamos lá fazer. Quando pedem ou quando querem consultar os processos que estão nos serviços podem consultar ou podem pedir, mas trazer o da Azinhaga dos Espanhóis para ser discutido aqui não tem cabimento. Não é aqui que se vai discutir nem este nem outros. Estar a fazer chicana à volta disso não tem cabimento. Quando o Sr. Vereador quiser terá o da Azinhaga dos Espanhóis.

Sobre o relatório de avaliação do prédio também percebo que é um pouco incómodo para o PSD – é mais uma –, nós percebemos, mas é assim! O PSD já esteve no governo deste município e sabemos o que fez de mau, de péssimo trabalho. Hoje o PSD vota contra coisas importantes e também votou contra quando estiveram aqui outros colegas do Sr. Vereador Luís Rodrigues. Votaram contra coisas importantes que aconteceram neste município e que já estão feitas. Eram coisas que se revelaram de grande importância para o desenvolvimento do município. Diz que não sabe se as pessoas estão ou não interessadas em vender, também não fomos perguntar e podíamos até ter perguntado, mas não foi o caso e dissemo-lo aqui. As pessoas estão interessadas em vender e fizemos descer o valor uma série de vezes, cada vez que vinham ter connosco, e ficou-se por aqui, portanto estará plasmada a vontade das pessoas quando assinarem o contrato-promessa. Não tem de estar aqui nenhum documento a não ser o esse, e quando for caso disso, para o Tribunal de Contas e para que se faça a transação. Para já o processo que está a ser feito é de avaliação para a autorização dos órgãos municipais e do Tribunal de Contas, e tendo em linha de conta o valor do imóvel. Se isto não faz falta a Setúbal isso só se for na vossa opinião. Faz muita falta pois a maior sala de Setúbal é o Fórum Municipal Luísa Todí. Somos uma população de 123 mil habitantes, o que o justifica e tendo em linha de conta a atividade cultural, desportiva e recreativa que ali pode acontecer.

Este é um equipamento cultural e histórico emblemático do nosso município. Esteve-se muito tempo à espera que os privados aparecessem e que preservassem o edifício mas isso não aconteceu por dificuldades diversas. Atualmente o município está em condições de pedir um empréstimo para pagar este edifício durante alguns anos e ser recuperado para usufruto de todos os que nos visitam e dos setubalenses. Foi a mesma coisa que aconteceu no Quartel do Onze que relembro que teve de ser comprado pelo Município de Setúbal por 2 milhões e 254 mil euros. Foi pago em cinco anos e já está pago há um ano para não deixarmos de ficar sem o equipamento que foi entregue ao Turismo de Portugal para fazer as obras. Assim não perdemos este edifício histórico do município. Com o edifício da Praça de Touros estamos a pensar pedir a autorização ao Tribunal de Contas para pagarmos em dez anos, pensamos que é absolutamente viável e possível fazer um pedido de empréstimo a um banco neste prazo para ficarmos com um espaço multicultural. Será mais isso do que multiusos e tendo em linha de conta que dentro da atividade desportiva só alguma pode ali acontecer. Fica no ativo da câmara, nos imóveis, e é mais um monumento, um edifício emblemático que faz parte da história de Setúbal. A avaliação do prédio está assinada por três pessoas, não sei se a sua cópia não é igual à minha, mas está aqui José Vidal Marques, Jorge Barros Luz e Ana Paula Lameiras. Se não é igual é de se tirar cópia pois é a avaliação que deve constar do processo. Inicialmente estava só o valor tributável, o valor que nos foi dado na Caderneta Predial pelas Finanças. O valor tributário era de 1 milhão 93 mil e 290 euros e temos aqui o valor total do prédio assinado por três técnicos de em 1 milhão 202 mil e 700 euros.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Ouvi-a com muita atenção e penso que a Sra. Presidente também me ouviu com muita atenção, mas utilizou uma expressão que não percebi o que quis dizer com ela. Sempre disse, nesta e na reunião de câmara anterior, que defendo que este edifício venha à posse da câmara. Supostamente a Sra. Presidente disse que eu tinha dito que não havia interesse para a cidade. Não disse nada disso e que isso fique bem claro! Desde o início que digo que deve vir, mas deve vir bem. Quanto à avaliação não vi o documento atrás referido, mas o próprio presidente da comissão também diz que de acordo com a lei não pode ser, que não faz sentido aprovar um valor sobre isto. É o presidente da comissão a escrever, não sou eu. Diz que se trata de um valor que deverá ser encarado com prudência dado que foi estimado através do método de custo, na absoluta ausência de dados sobre o mercado ou sobre o eventual rendimento gerado pela exploração do edifício. Portanto, não sou eu que estou a dizer. Não aprovei mas estamos a aprovar as condições do ponto de vista técnico informal. Quanto à questão da posse é evidente que a câmara e a assembleia municipal podem aprovar o que entenderem.

4

A minha pergunta, e foi isso que não ficou esclarecido na reunião de câmara anterior, foi se já tinham sido contactados os proprietários e se o valor acordado era esse. Eram dois milhões e eu disse que era só um, que mais ou menos era metade. Com certeza está na ata que eles aceitaram, mas tenho informação que nem todos os proprietários sabem nada disto, que souberam pela comunicação social. É isto que digo, que devemos ter alguma cautela e verificar o que é que se passa porque senão podemos ter alguns dissabores, não só do ponto de vista formal e do processo interno mas também do dos que supostamente querem vender. Volto a dizer que este património com 128 ou 129 anos deve ir à posse da Câmara da melhor forma e quando for possível, mas há questões. Não quero que nenhum de nós venha a ter problemas por algum ato feito infundada ou injustificadamente.

Quanto à Azinhaga dos Espanhóis a Sra. Presidente foi lá representar o município. O estudo, seja esse ou seja outro qualquer, não estou a dizer que tem de ser aprovado aqui, mas tem de ser dado conhecimento dele. A Sra. Presidente diz que tem um documento para apresentar ao Partido Socialista quando devia ser entregue a todos. Não é por eu pedir o estudo da Azinhaga dos Espanhóis que o devem entregar apenas a mim, é para todos. Nem tinha de o pedir formalmente e nem o devia fazer. A Sra. Presidente é presidente deste executivo, não é de uma assembleia municipal, ou outro órgão, é deste executivo e eu faço parte é deste executivo. O estudo, bem ou mal feito e porque não o conheço, foi apresentado pela Sra. Presidente. A Sra. Presidente não pode dizer essas coisas, isto é o "espírito democrático" da maioria. O que é importante é que de facto seja lá feita alguma coisa já que aquilo está muito degradado, mas não pode dizer que está certo do ponto de vista democrático.

Sra. Presidente – Peçam ou vão ver os estudos que quiserem, porque estão à vista de todos. São vereadores desta casa e quando quiserem vão ver os estudos.

Em relação à praça de touros tenho aqui um email do Sr. António Esteves para o Sr. Vereador Pedro Pina a dizer que foram contactados todos os comproprietários e que todos deram o seu acordo, designadamente quanto ao preço de 1 milhão e 191 mil e 290 euros. É dito que tinham um curto prazo para preparar os respetivos documentos para instruir o processo. Eles contam ter todos os documentos no prazo de 15 dias e que há que aguardar a procuração de um comproprietário residente nos Estados Unidos. Informam ainda no email, que em tempo razoável será feita a obtenção dos documentos matriciais. Isto veio da Sociedade de Advogados Cancela de Abreu, Esteves e Associados. Foram todos avisados e é a sociedade de advogados que diz isto, não sou eu, apenas reuni com três, mas há mais, designadamente o que referi.

Sr. Vice-Presidente – Sobre a questão que o Sr. Vereador Luís Rodrigues levanta a propósito do método do cálculo, o que a Comissão de Avaliação de Imóveis quis, como penso que é sua obrigação, foi chamar a atenção para o rigor desse método e que é diferente dos outros. É dito isso exatamente porque não estamos a tratar por exemplo de uma avaliação de um prédio para habitação social, de um prédio que está no mercado e que tem os seus valores de mercado. Assim se rege a comissão tendo em conta os critérios aprovados pela Câmara Municipal e que são conhecidos. No caso o que se quer dizer é que não existindo esses valores no mercado, utilizou-se esse método, portanto, não tem o mesmo rigor que o outro utilizado normalmente. O Sr. Vereador usa isso e diz para não darmos muita credibilidade a este método, mas este é o método utilizado tendo em atenção as condições em que é possível ter uma avaliação. Sobre essa matéria penso que é preciso esclarecer o que é que se quer dizer quando se escreve, os técnicos que fazem esse documento e fazem a sua avaliação chamam a atenção para o rigor que se deve ter em consideração ao fazê-la. É um método corrente também para as situações em que não têm valores do mercado. Queria acrescentar, porque já na última reunião o Sr. Vereador também se referiu a isto, que penso que faz muito sentido a questão que coloca. Todos reconhecemos a importância de adquirir aquele equipamento para a posse do município, para lhe dar uso para a cidade, para o concelho e para a região em termos de uso público. Tenho de reconhecer que faz sentido a formulação da questão, mas tenho dúvidas na insistência na questão. Faz sentido perguntar se a câmara já tem alguma coisa pensada, se já fez estudos sobre o uso futuro e a rentabilidade de existir atividade ali. Quando me refiro a rentabilidade, e

na minha conceção, não tem de ser uma rentabilidade económica, pode ser medida em termos qualitativos, na dimensão social ou cultural do projeto. Estou a considerar esta dimensão mais alargada e por isso digo que a primeira questão que o Sr. Vereador levantou faz sentido. Como a Sra. Presidente teve oportunidade de referir, antes de se avançar para este negócio, ou seja, antes de a proposta chegar aqui à reunião de câmara, naturalmente que se consultaram e se avaliaram situações idênticas e que já existem. Não é a primeira vez que acontece isto em Portugal, como o Sr. Vereador certamente bem sabe. Há situações idênticas que já estão a funcionar no País. As autarquias mediante situações idênticas, foram “obrigadas” a fazê-lo. Estas coisas acontecem assim: decidir sobre ficar com o património ou deixá-lo continuar a degradar-se, e é o que se passa na situação atual em Setúbal. O que temos vindo a verificar é que por falta de atividade naquele equipamento – e lá estamos nós a cair outra vez na chamada de atenção que a comissão de avaliação faz – leva a que a Câmara Municipal tome uma decisão. No meu entendimento é uma decisão que se calhar já podia ter sido tomada há mais tempo. Provavelmente os vereadores saberão que ao longo dos últimos anos os proprietários colocaram à Câmara várias possibilidades de recuperar aquele equipamento, ou remodelar para lhe dar outra dimensão em termos de atividades. Até apareceram projetos na Câmara no sentido de dar uma nova dimensão à praça, mas os anos correram e nada aconteceu. Estamos num momento em que a câmara decide ficar com aquilo ou a degradação aumenta a cada mês que passa e com prejuízos para a cidade e para o interesse público. Portanto, cabe à Câmara atuar, o que acho muito bem. As avaliações de processos idênticos foram e estão a ser feitas. Penso mesmo que chegará o tempo em que haverá um projeto para desenvolver aquele espaço com ideias mais concretas, sustentadas em avaliações que permitam avaliar a rentabilidade daquele equipamento, não do ponto de vista estritamente económico, mas sim do ponto de vista mais alargado: económico, social, cultural e urbanístico. Estamos a falar de uma área com características urbanísticas extremamente interessantes e valiosas e que no projeto que ali se venha a desenvolver se possa enquadrar numa perspetiva de conservação e promoção daquele espaço central da cidade de Setúbal, na ligação com o hospital e toda a envolvente, particularmente no edificado que circunda a própria praça. Isto naturalmente dá valor acrescido a este projeto de recuperação de edificado que será um equipamento municipal. É esse o compromisso que a Câmara Municipal assume, isto deve ser estudado e desenvolvido no sentido de se ter uma visão mais alargada do projeto. Por isso é que digo que o Sr. Vereador numa primeira intervenção faz sentido, mas quando continua a insistir na questão já tenho as maiores dúvidas e penso que os objetivos têm um outro âmbito que ultrapassam a nossa discussão e o objetivo central muito sério e muito concreto do que está ali em causa e da decisão que o executivo tomou.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Só levantei novamente esta questão, porque surgiu um documento novo, senão não levantaria. Este documento novo que aqui está é a avaliação da comissão municipal e na última reunião não estava cá. Como disse a Sra. Presidente, e muito bem, a única coisa que aqui veio foi a caderneta predial, não houve mais nada. Agora o Sr. Vice-Presidente disse uma coisa que eu não disse, não pus nada em questão sobre o método de custo e sei bem o que isso é. O que o avaliador diz, José Vidal Marques, é que fez isto de acordo com o método de custo e de acordo com isso precisava de ter estes dados e não tem. São coisas diferentes, é só essa correção.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Leu a seguinte moção, “30 anos sobre o falecimento de José Afonso, “Zeca Afonso””, ficando a mesma arquivada em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 11:

“Nascido em Aveiro a 2 de agosto de 1929, José Manuel Cerqueira Afonso dos Santos ficou popularmente conhecido entre os amigos, e posteriormente enquanto artista, como Zeca Afonso. A música foi um gosto que despertou ainda na sua infância por influência familiar, mas que rapidamente durante a adolescência e juventude se tornou para sempre na grande paixão da sua vida, e que o veio a celebrar intemporalmente.”



Depois das vicissitudes da vida e de passagens por Angola e Moçambique, Zeca Afonso chegou a Setúbal em 1967, onde viria a fixar-se, para lecionar no Liceu Nacional de Setúbal na Escola Industrial e Comercial de Setúbal. Sol de pouca dura, pois o regime de Salazar interditou-o de exercer a função de professor, motivo que fez Zeca Afonso passar a dedicar-se, em exclusivo, à sua grande paixão, a música. Entre algumas das mais célebres músicas da canção da liberdade, destacam-se “Os Vampiros”, “Venham mais cinco”, “O que faz falta” ou “Os índios da meia-praia”, entre muitas outras canções de intervenção. Com efeito, o momento mais brilhante e icónico será sem dúvida “Cantigas de Maio”, em 1971, álbum do qual faz parte a famosa e intemporal “Grândola, Vila Morena”, que viria a constituir-se como senha da Revolução dos Cravos. A sua proximidade a alguns movimentos políticos locais durante o período revolucionário, levaram ainda Zeca Afonso a ter uma breve experiência político-partidária, tendo sido eleito à Assembleia Municipal de Setúbal em 1976 pelos, já extintos, Grupos Dinamizadores de Unidade Popular, aquando das primeiras eleições autárquicas.

Na madrugada de 23 de fevereiro de 1987 faleceu no Hospital de Setúbal, tendo o seu funeral reunido uma imensa multidão e que o tornaram, porventura, na maior cerimónia fúnebre que cidade sadina alguma vez registou, e que comoveu o país inteiro. Marcou muitas gerações e, por isso, 30 anos após a sua morte, a memória e a voz de Zeca Afonso continuam bem vivas e a sua figura continua a ser recordada como a eterna voz da liberdade.

Cantor, compositor, letrista, crítico do regime ditatorial, pioneiro das artes e da cultura, amante do belo e homem sem medo, devemos a Zeca Afonso o encontro do sonho revolucionário com a música e a poesia portuguesas e lusófonas. O seu génio musical fez dele um dos mais relevantes e brilhantes músicos portugueses da segunda metade do século XX, cruzando influências e estilos, fundindo sons mais tradicionais, populares e folclóricos, com a erudição política, afirmando-se como protagonista maior da música de intervenção, cuja mensagem denunciou injustiças, ao mesmo tempo inspirou, e continuar a inspirar, a luta por um país diferente e por um mundo melhor, por uma sociedade sem muros nem ameias.

Há 30 anos que morreu, mas há 30 anos que o continuamos a escutar nas rádios, e o nome de Zeca Afonso continua a encher salas para espetáculos de tributo e homenagem à sua pessoa e ao seu legado. Evocar a memória e o legado de Zeca Afonso é não só prestar tributo à sua genialidade musical e divulgar a sua obra intemporal, mas também honrar a cultura e a democracia portuguesas. Que a voz do trovador da liberdade continue a ecoar de geração em geração, para que que hoje, amanhã e sempre haja “Em cada esquina, um amigo, em cada rosto, igualdade!”.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Só quero dizer que me revejo integralmente nesta moção elaborada pelos Srs. Vereadores do Partido Socialista.

Sra. Presidente – A CDU apoia integralmente esta moção, subscrevemos por baixo, não há dúvidas quanto ao que aqui está plasmado.

Submetida a votação foi a moção aprovada por unanimidade e em minuta.

Sra. Presidente – Leu a seguinte moção “Dia Internacional da Mulher – 8 de março”, ficando a mesma arquivada em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 12:

“Este ano, o acontecimento histórico escolhido para assinalar o Dia Internacional da Mulher faz cem anos, embora esse dia só tenha sido instituído pelas Nações Unidas em 1977, depois do Ano Internacional da Mulher ter sido comemorado em 1975, simbolizando a longa luta das mulheres pelas conquistas sociais, políticas e económicas.

Escolher um dia para assinalar um facto histórico marcante é comum na história da humanidade. A Revolução Francesa que decorreu entre 1789 e 1799 é comemorada a 14 de Julho, dia em que, no primeiro ano da Revolução foi tomada a Bastilha. É no decurso dessa revolução que, pela primeira vez e na sequência da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, a precursora dos movimentos feministas, Olympe de Gouges, propõe a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã que a mesma Assembleia Nacional Constituinte não aprovaria. Só mais

4

tarde, na Comuna de Paris, em 1871, com o primeiro governo operário da História, é proclamada a igualdade entre os sexos o que viria a ser revogado pelo governo reacionário de Thiers que a esmagou com violência inaudita.

Esses dois acontecimentos são o culminar de muitos séculos de lutas das mulheres para verem reconhecidos os seus direitos. Luta que continuaria de forma mais organizada e coletiva pelas sufragistas inglesas que reivindicavam o direito de votar, direito que viria a ser reconhecido na Nova Zelândia, em 1893, o primeiro país do mundo a reconhecer o sufrágio universal feminino. Uma luta que emergia em muitos outros países e se desenvolvia dentro da luta mais geral pelo reconhecimento às mulheres da igualdade dos direitos sociais, económicos e políticos.

Uma luta dura, áspera que culmina com a ideia de criar o Dia da Mulher no final do século XIX início do século XX, nos Estados Unidos e na Europa, no contexto das lutas femininas por melhores condições de vida e trabalho. De modo formal, em 26 de agosto de 1910, durante a Segunda Conferência Internacional das Mulheres Socialistas em Copenhague, Clara Zetkin, uma das líderes da Partido Social Democrata Alemão de orientação marxista, dirigido por Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht que viriam a ser assassinados pelos esbirros da República de Weimar, propôs a instituição de uma celebração anual das lutas pelos direitos das mulheres trabalhadoras, o Dia Internacional da Mulher. Uma ideia, um marco de um longo caminho a percorrer, que continua a ser percorrido.

Posteriormente, no início de 1917 na Rússia, ocorreram manifestações de trabalhadoras russas por melhores condições de vida e trabalho e contra a entrada da Rússia czarista na Primeira Guerra Mundial. Os protestos foram brutalmente reprimidos, precipitando o início da Revolução de Outubro, de que se comemora este ano o centenário. A data da principal manifestação, 8 de março de 1917 calendário gregoriano/ 23 de fevereiro calendário juliano, foi escolhida pelo movimento internacional socialista para comemorar o Dia Internacional da Mulher de que celebra este ano cem anos. Na batalha política entre o Ocidente e o Leste, nos países ocidentais, o Dia Internacional da Mulher foi comemorado no início do século, até à década de 20, tendo sido esquecido ou minorizado por longo tempo. Foi recuperado pelos movimentos feministas na década de 1960 até finalmente ser instituído pelas Nações Unidas.

O mundo muito evoluiu e apesar de muito do sentido original subjacente ao Dia Internacional da Mulher, do espírito das mulheres operárias grevistas, tanto na Europa como nos Estados Unidos, se ter alterado e o ter tornado num dia festivo, as reivindicações dos movimentos feministas ampliaram-se a outros campos, não perderam sentido. Refira-se que só em 1951 a Organização Internacional do Trabalho, estabeleceu princípios gerais, visando a igualdade de salários entre homens e mulheres para exercício da mesma função, o que ainda não acontece.

Hoje, apesar de universalmente as mulheres terem ultrapassado os homens em muitas áreas, são mais as mulheres escolarizadas que os homens, são mais as mulheres com estudos superiores que os homens, são mais as mulheres doutoradas e com pós-graduações que os homens, são mais as mulheres investigadoras nas áreas científicas que os homens, a desproporção entre homens e mulheres nos quadros dirigentes políticos, empresariais, sociais continua a não refletir essa realidade. A precariedade, esse mal dos nossos tempos, atinge mais as mulheres que os homens. O caminho para a igualdade de género está a ser feito, muitos passos positivos têm sido dados mas está ainda longe de ser uma totalidade. O reconhecimento implícito ainda não é explícito o que se comprova pela necessidade de recorrer a um sistema de quotas, como existe em Portugal, para o impor.

Segundo dados da National Academy of Science, uma organização não-governamental dos Estados Unidos em que estão representadas as diversas Academias das Ciências, Engenharia e Medicina, só 20% das mulheres são chefes executivas nas suas empresas onde são mais numerosas que os homens e desempenham funções equivalentes. Na Europa os números não são diferentes e a desigualdade salarial é chocante. Estatisticamente, números do Eurostat, as mulheres em relação aos homens trabalham em média um mês, um mês e meio de graça. Nos parlamentos dos países democráticos a média das mulheres deputadas é de 20%, só em onze são 40%. Os números alinham-se para não deixar dúvidas que, se em todo o mundo, os direitos das mulheres têm feito o seu caminho, um caminho positivo em que Portugal está, nas estatísticas europeias, entre os melhores classificados no referente à presença das mulheres na



sociedade, muito há ainda que caminhar, o que demonstra que o Dia Internacional da Mulher não perdeu o seu significado.

Em Portugal, depois da Revolução do 25 de Abril com a democracia e as liberdades conquistadas, as mulheres ganharam mais liberdades e direitos que os homens, dada a condição subalterna em que viviam. Em várias gerações, com o processo democrático iniciado em 25 de Abril, as mulheres rapidamente adquiriram qualificações em que se destacam nas mais diversas áreas. O reflexo dessa alteração, como as estatísticas comprovam, é hoje bem real mas ainda não é expressão do lugar que as mulheres deveriam naturalmente ocupar dadas as altas qualificações laborais e académicas que detêm.

A Câmara Municipal de Setúbal orgulha-se de continuar a prosseguir o caminho da dignificação das mulheres, muitos dos seus quadros dirigentes são ocupados por mulheres, por isso celebra o Dia Internacional da Mulher, apoiando a sua luta pela igualdade de género, de direitos sociais, económicos e políticos até se alcançar a sua plenitude.

Nesta data, em que se assinalam cem anos sobre o dia escolhido para se comemorar o Dia Internacional da Mulher, saudamos todas as mulheres, em Portugal e no mundo, em particular as setubalenses e as azeitonenses que sempre estiveram na primeira linha dessas lutas”.

Submetida a votação foi a moção aprovada por unanimidade e em minuta.

Sra. Vereadora Sandra Gomes – Leu a seguinte moção “Assinalar o Dia da Mulher”, ficando a mesma arquivada em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 13:

“A ideia de criar o Dia da Mulher surgiu no final do Século XIX e início do século XX nos Estados Unidos e na Europa, no contexto das lutas femininas por melhores condições de vida e trabalho, de direito de voto. Em 26 de agosto de 1910, durante a Segunda Conferência Internacional das Mulheres Socialistas em Copenhaga, a líder socialista alemã Clara Zetkin propôs a instituição de uma celebração anual das lutas por direitos das mulheres trabalhadoras.

Em 1975, foi designado pela ONU como o Ano Internacional da Mulher e, em dezembro de 1977, o Dia Internacional da Mulher foi adotado pelas Nações Unidas, para lembrar as conquistas sociais, políticas e económicas das mulheres.

Em pleno séc. XXI, continuamos a reconhecer a importância de trabalhar de uma forma sistemática e objetiva o tema da igualdade de género, sobretudo na componente social e cultural, tão intrincada ainda nas distinções entre homens e mulheres

Aspetos como a sistemática ausência de exemplos de modelos femininos ao longo da História, nos manuais e nos programas escolares, faz parecer que as Mulheres em pouco ou nada contribuíram para o progresso das sociedades, a não ser como elementos de desejo ou veículos de reprodução. No entanto, sabemos que tal não corresponde à verdade e que as mulheres tiveram ao longo da História um intenso papel na construção das sociedades e do conhecimento a todos os níveis, mas que isso não aparece referido.

Também conseguimos compreender que ao longo da história foram as mulheres o elemento humano mais afastado desde tenra infância dos meios que lhe permitiriam tornar-se autónoma e mais participativa.

O casamento infantil é ainda um dos mais graves atentados contra a dignidade da criança e da futura mulher que poderá vir a ser. Este não só impossibilita o são e integral desenvolvimento da rapariga jovem, como a sujeita a violência sem punição por lei e da qual por ser ainda jovem não tem meios justos para se defender, como a impede de ter acesso a uma formação que lhe permita ser autónoma e portanto, subjuga-a na dependência, como a faz ter filhos sem que o seu corpo tenha ainda a maturidade desejável e a torna vítima de lesões que podem prejudicar seriamente a sua saúde ou até matá-la.

A visão global da rapariga como um ser de segunda classe, quase um bem material que pode ser comprado ou vendido e sem voz no processo, é o aspeto mais importante a necessitar de mudar pois a violência, o tráfico humano de raparigas e mulheres, o abuso de todos os tipos e a escravatura, decorrem dessa visão.

Todos os planos de Ação que há mais de trinta anos têm sido constantemente elaborados e divulgados falam neste aspeto central da vida Humana da rapariga como ser de igual valor e

4

com direitos iguais aos dos homens no que se refere à sua integridade e desenvolvimento, dignidade e proteção. As medidas estratégicas fundamentais passam por tornar a questão da igualdade de género uma pedra basilar em todas as medidas governamentais a nível local, Nacional, Europeu e Mundial.

Essas medidas devem ser implementadas em todas as esferas das sociedades e em diferentes níveis sendo que a educação e o acesso à educação das raparigas é a mais importante.

A proibição do casamento infantil, a punição por lei de todos os crimes sexuais de forma dura e manifesta, a severa punição por lei da violência de todos os níveis contra as raparigas e mulheres, também é um eixo fundamental.

Outra linha de prevenção da fragilidade da mulher nas sociedades passa pelo combate à pobreza infantil e das famílias em meios empobrecidos, a criação de empregos com várias formas de desempenho (a partir de casa, online, part-time, etc.) para que as mulheres possam não deixar de trabalhar quando têm família a necessitar do seu apoio. Também passa por uma educação sexual e planeamento familiar adequadas e a distribuição gratuita de métodos contraceptivos.

A proteção das meninas pode e deve passar pela sua educação precoce no sentido de conhecerem os seus direitos e de se saberem defender e denunciar as situações que as prejudicam, de aprender a defender-se através do conhecimento, mas também fisicamente, incluindo as aulas de defesa pessoal, nomeadamente com técnicas específicas para abordagens diferentes de possíveis agressores.

A proteção das raparigas passa igualmente por estudar mais tempo e por isso as sociedades e as autarquias devem dar mais bolsas e incentivos a raparigas que mostrem ter dificuldades económicas ou famílias desestruturadas, pois essas serão as primeiras a ficar para trás.

Na proteção das Mulheres devem ser implementadas medidas que incentivem o desenvolvimento de mais postos de trabalho amigos das famílias. Esta definição deve comportar nas empresas e locais de trabalho em geral, unidades de apoio familiar como a creche ou o ATL com horários adequados aos dos seus trabalhadores, unidades de monitorização da saúde, cantinas económicas, transporte de apoio às famílias com crianças, diversificação de horários e de tipos de trabalho diversificados (part-time ou meio tempo, horário contínuo, folgas em dias diferentes, trabalho a partir de casa ou à distância, entre outros).

A formação contínua e a educação de adultos, em formatos adaptados (pós-laboral) é também um elemento chave para que muitas mulheres possam ter acesso à educação e níveis educacionais de que necessitam para se qualificar melhor no mercado de trabalho, pelo que é uma medida fundamental a estimular pelo Ministério da Educação. Este aspeto associado a uma legislação cumpridora do direito das mulheres, a remunerações idênticas às dos homens, com as mesmas funções, tornará mais fácil encontrar um equilíbrio que previna a desigualdade que as mulheres ainda encontram.

As medidas positivas como o sistema de cotas para integrar mais mulheres em cargos onde tradicionalmente as mulheres não se enquadraram, é fundamental. Quanto mais mulheres com qualificação adequada se posicionarem em cargos com poder, mais habitual se tornará para as raparigas e meninas conseguirem vislumbrar outros caminhos para si mesmas, mais habitual e normal será para os homens lidarem com mulheres de igual para igual em contextos profissionais e pessoais, mais justiça social existirá e menos situações de desigualdade tenderão a ocorrer.

Resumindo podemos definir as prioridades de intervenção na Igualdade de Género em três domínios centrais que seriam: 1) Educação, 2) Justiça e 3) Oportunidades. Só assim será realmente cumprido o intuito de lembrar a 8 de março o Dia da Mulher.

Submetida a votação foi a moção aprovada por unanimidade e em minuta.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A Ordem de Trabalhos da reunião, entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2, do artigo 25.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 44/15, de 07 de janeiro, consta em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 14.

4

Índice

- A) *Período de Antes da Ordem do Dia*
1. *Informações à Câmara (eventual apresentação).*
 2. *Assuntos diversos de interesse para a autarquia.*
- B) *Período da Ordem do Dia*
1. *Deliberação n.º 83/17 – Proposta n.º 09/2017 – GAP – Protocolo de Cedência pelo Município de uma parcela de terreno ao Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, IP, para ampliação do Palácio da Justiça – Setúbal.*
 2. *Deliberação n.º 84/17 – Proposta n.º 16/2017 – DAFRH/DIGEF/SECONT – Constituição de Fundo de Maneio para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.*
 3. *Deliberação n.º 85/17 – Proposta n.º 17/2017 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Desafetação do domínio público municipal de parcela de terreno, sita na Rua Vitorino Nemésio, da União das Freguesias de Azeitão.*
 4. *Deliberação n.º 86/17 – Proposta n.º 18/2017 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Contrato de comodato entre o Município de Setúbal e o Centro Cultural e Desportivo Aldeia da Piedade – Resolução.*
 5. *Deliberação n.º 87/17 – Proposta n.º 19/2017 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Escritura de justificação notarial do prédio urbano, sito na Avenida General Daniel de Sousa, 5 A, da União das Freguesias de Setúbal, em Setúbal.*
 6. *Deliberação n.º 88/17 – Proposta n.º 03/2017 – CBSS – Aceitação de doação ao Município, efetuada pela empresa “K-Med XXI, Lda.”.*
 7. *Deliberação n.º 89/17 – Proposta n.º 05/2017 – DURB/DIPU/GAPU – Minuta de protocolo de permuta do lote 23 do alvará de loteamento 1/1996, sito no Bairro Dias, por uma parcela de terreno sita na Rua Flávio Resende, Freguesia de S. Sebastião.*
 8. *Deliberação n.º 90/17 - Proposta n.º 08/2017 – DAAE/SAEN – Apoio financeiro – Parceria Programa Nacional de Educação Ambiental Eco-Escolas 2016/2017 – Adenda – ACM/YMCA Camp – Parque Ambiental do Alambre.*
 9. *Deliberação n.º 91/17 – Proposta n.º 38/2017 – DCED/DICUL – Isenção de taxas de cedência em equipamentos culturais municipais.*
 10. *Deliberação n.º 92/17 – Proposta n.º 39/2017 – DCED/DICUL – Apoio financeiro à Associação Cultural Sebastião da Gama.*
 11. *Deliberação n.º 93/17 – Proposta n.º 40/2017 – DCED/DICUL – Apoio financeiro à Sociedade Musical e Recreativa União Setubalense.*
 12. *Deliberação n.º 94/17 – Proposta n.º 41/2017 – DCED/DIDES – Apoio financeiro ao Clube de Ténis de Setúbal – Eventos desportivos internacionais 2017.*
 13. *Deliberação n.º 95/17 – Proposta n.º 42/2017 – DCED/DIDES – Clássica da Arrábida em Ciclismo 2017-2019 – Contrato programa.*
 14. *Deliberação n.º 96/17 – Proposta n.º 43/2017 – DCED/DIDES – Apoio financeiro à Associação de Ciclismo do Distrito de Setúbal – Eventos desportivos 2017.*
 15. *Deliberação n.º 97/17 – Proposta n.º 44/2017 – DCED/DIDES – Isenção de taxas de em equipamentos desportivos municipais.*
 16. *Deliberação n.º 98/17 – Proposta n.º 45/2017 – DCED/DIDES – Isenção de taxas para provas desportivas de ciclismo em 2017.*
 - 17.
- C) *Período Destinado à Intervenção do Público.*

4

1. **Deliberação n.º 83/17 – Proposta n.º 09/2017 – GAP – Protocolo de Cedência pelo Município de uma parcela de terreno ao Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, IP, para ampliação do Palácio da Justiça – Setúbal**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 15 e 17.

Sr. Vereador Fernando Paulino – É caso para dizer que é de toda a justiça que se faça esta cedência ao Ministério da Justiça, porque é um serviço à comunidade e à dignidade das pessoas que frequentam o Tribunal da Comarca de Setúbal que não tinha efetivamente essa dignidade para servir a população no âmbito da reforma do mapa judiciário. Aprovaremos esta proposta.

Sr. Vereador Manuel Pisco Lopes – Também concordo que é de justiça, mas como é justiça também é relativo. Sendo justo e concordando que se faça esta cedência não deixa de ser oportuno lembrar mais uma vez que as cedências são sempre feitas a bem dos serviços públicos centrais pelos municípios e nunca ao contrário. Nunca ou raramente um bem de serviço público é transmitido a uma câmara sem ser a pagar. É claro que nos veio à memória que este município teve de despender dinheiro para adquirir o Quartel do Onze. São outros ministérios, mas a questão é sempre a mesma. Não tiram mérito ao facto de a deliberação de cedência ser para evidente utilidade pública, mas nestas ocasiões devemos pôr o dedo nesta “ferida”. O Estado tem um comportamento do centro para a periferia que nunca é de tratamento igual em relação àquilo que as autarquias fazem em relação aos serviços centrais do Estado. Isso é de lamentar.

Sra. Presidente – Ficou muito bem essa referência, não é só neste município, mas em todos, de norte a sul de Portugal e de todas as forças políticas. Os colegas presidentes de câmara às vezes referem isto nos congressos da Associação Nacional de Municípios, que os municípios cedem para o quartel da polícia, dos bombeiros, para escolas que não são da responsabilidade das câmaras tais como as secundárias, etc., mas quando pedimos qualquer coisa vão ver quanto é por metro quadrado e às vezes até em coisas que eram nossas, como estava a acontecer com a Escola Luísa Todí pois os terrenos eram nossos.

Tivemos cá uma experiência com a Sra. Ministra Maria de Lurdes Rodrigues, quando ela própria nos convida a fazer a primeira escola básica integrada na Luísa Todí e pergunta-nos se não queríamos ficar com um espaço para fazer um jardim-de-infância. Dissemos que sim e veio logo um técnico fazer as contas ao metro quadrado. Nem quis acreditar pois este terreno era do município! Foi cedido de borla para fazerem a escola 2/3, há uns 30 anos, quando a escola estava em barracão, e agora o Ministério da Educação devolve ali um “quadrado” para fazermos um pré-escolar! Felizmente que a Sra. Ministra era da minha opinião e não tivemos de pagar nada, mas é logo aquela burocracia de alguém que está ali talhado a ver quanto custa o metro quadrado. “Abrimos os olhos” ao mesmo tempo, eu e a Sra. Ministra, ao diretor das construções escolares e “safámo-nos” dessa, embora de outras não nos tenhamos safo, mas é bom ficar aqui esta referência. Daremos este espaço com todo o gosto, porque é um espaço que vai servir a população, mas não daremos por mais do que três anos e porque mudam os governos e as vontades, e depois é de quem? É do Ministério da Justiça durante 50 anos, se não pusermos os três anos, ou fazem obra ou volta para nós. Já disponibilizámos terreno para se fazer a prisão que está num lugar indevido. Se calhar quando foi feita não causava dano nenhum, mas hoje está na entrada da cidade e não faz qualquer sentido. Cedemos terreno para se fazer o quartel da PSP e o da GNR, nada aconteceu e já lá vão uns anos, portanto, para o Palácio da Justiça quisemos pôr exatamente esta data para não incorremos outra vez no mesmo processo.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.



2. Deliberação n.º 84/17 – Proposta n.º 16/2017 – DAFRH/DIGEF/SECONT – Constituição de Fundo de Maneio para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 18, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

3. Deliberação n.º 85/17 – Proposta n.º 17/2017 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Desafetação do domínio público municipal de parcela de terreno, sita na Rua Vitorino Nemésio, da União das Freguesias de Azeitão

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 19 a 21.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Concordo com esta proposta, mas tenho uma pergunta pois não sei como isto funciona, este terreno está encostado a duas parcelas privadas. A Sra. Presidente diz que a Câmara recebeu um pedido de um dos proprietários. Este processo que estamos a aprovar penso que não está errado, está correto, mas a minha questão é se é necessário um edital para venda em hasta pública e depois quem quiser compra ou se isto vai diretamente para aquela pessoa. A questão é muito básica.

Sr. Vice-Presidente – Como diz no ponto 2 da deliberação diz que irá para a Assembleia Municipal depois de correr o prazo do edital.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Com o edital está tudo bem, não é isso que estou a referir. Há uma intenção de alguém comprar. O que estamos aqui a aprovar também não é a venda a essa pessoa, ou seja, vamos publicar um edital onde é colocado este terreno à venda, ou esta parcela não edificante, porque passa lá um coletor. Não sei e daí a minha pergunta, se este terreno só interessa a um dos dois, ou só àquele. Em termos jurídicos acho que temos de pôr em hasta pública, ou não? Tem de ser público e quem quiser compra pelo valor que for melhor ou tem de ser já dirigido àquela pessoa porque se mostrou interessada? Não é o ir à Assembleia Municipal, esses procedimentos estão todos corretos. A pergunta é básica.

Sr. Vice-Presidente – A proposta pode ter esse tipo de interpretações ou dúvidas, mas no ponto 2 da deliberação refere exatamente a afixação do edital para eventuais oposições de outros interessados. Isto significa que o processo desencadeia-se porque a câmara já adquiriu esta parcela de terreno a este senhor exatamente para efeitos da passagem do coletor. Ele agora coloca os argumentos que tem, de devassa da sua propriedade e pede que a câmara lhe ceda esta parte, e naturalmente com os ónus que são próprios da passagem do coletor. O processo inicia-se com o seu requerimento, mas está salvaguardado de que será publicado um edital para que outros interessados possam ser opositores a esta pretensão. Nesse caso haverá a hasta pública se for necessário, após o edital. Se houver outros interessados naturalmente que terá de ir a hasta pública.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.



4. **Deliberação n.º 86/17 – Proposta n.º 18/2017 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Contrato de comodato entre o Município de Setúbal e o Centro Cultural e Desportivo Aldeia da Piedade – Resolução**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 22 e 23.

Sr. Vereador Fernando Paulino – A proposta não indica quais são os incumprimentos e também não justifica cabalmente o porquê de resolução deste contrato. Gostaríamos de saber e que estivessem plasmadas na proposta as alíneas que não estão ser cumpridas por esta associação. Gostaríamos também de saber se para esta resolução foram contactados os responsáveis por esta coletividade, inclusive o seu presidente pois penso que tem um. Queremos saber porque é que o processo foi conduzido desta forma e o porquê desta solução.

Sr. Vereador Pedro Pina – Começo exatamente pela última questão porque neste momento nem sequer existem órgãos sociais formalmente constituídos por parte da associação. Trata-se de um espaço que tem um valor simbólico e uma localização importante em termos da freguesia de Azeitão. Isto também vem a par de outras decisões que o executivo tem vindo a tomar. A valorização do património municipal deve ser considerado como um espaço em que independentemente da sua cedência e do momento em que foi concretizada deve estar ao serviço das populações. Este é um exemplo, a par de outros que infelizmente também aqui já tivemos oportunidade de discutir, da utilização e dos fins para os quais a cedência foi constituída. Isto não tem sido cumprido nem os pressupostos do próprio contrato com uma apresentação de relatórios de atividades, o pagamento dos valores associados à água e a passagem dos próprios contratos para a responsabilidade da entidade. O incumprimento é sistemático e tem sido regular. A par disto neste momento não existem órgãos sociais da própria entidade. Já foram várias vezes notificados e neste momento até pode ocorrer que tenhamos de pôr um edital à porta, porque não há órgãos identificados. Posto isto e considerando o potencial que o próprio espaço tem em si mesmo para atividades que neste momento estamos a desenvolver e dinamizar, considerou-se importante a Câmara chamar este espaço novamente a si para lhe dar a outra utilidade que não a do abandono. A utilização não corresponde àquilo que era o pressuposto no próprio contrato, assim sendo a Câmara tomou esta decisão. Certamente dentro de muito pouco tempo a câmara vai haver oportunidade de discutir propostas para o desenvolvimento daquela escola primária.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Sem pôr em causa aquilo que foi dito pelo Sr. Vereador Pedro Pina, que certamente está mais habilitado e melhor informado do que eu para discutir este assunto, tenho a informação de que existe uma direção, e que inclusive o presidente não foi contactado para a resolução deste contrato. É a informação que tenho, não sei se é oficiosa ou não, não fiz nenhuma reunião com a direção, mas existem órgãos eleitos, ou pelo menos em função e existe atividade no espaço. Não estou a pôr em causa se a atividade é aquela para os fins que foram contratualizados no protocolo ou se está a ser usado para outros fins, mas sei que existe uma atividade desportiva e cultural, se calhar com pouca afluência ou movimento. A maior parte dos diretores que estão nas coletividades são elementos que não são gratificados. Sabe-se que às vezes há alguma dificuldade em se arranjar membros para as direções e para os órgãos sociais para manterem um espaço aberto às populações. Foi-me dito no contato que fiz – porque interessava-me saber já que esta foi a minha escola primária – porque quero que tenha um destino digno daquela população e daquelas aldeias. Portanto, há aqui uma ligação que não é só política e de discutir a proposta, é outra coisa mais. Sinceramente não conheço os diretores atuais, não estou ligado àquele meio há muitos anos, mas gostaria que o processo fosse claro. Certamente será, mas disseram-me que ninguém da direção foi contactado para as resoluções. É esta a questão que gostaria que a Câmara verificasse, se efetivamente foi assim que aconteceu. Não tendo sido feito esse contacto, por uma questão de princípio poderia vir a fazê-

lo. Mesmo não se estando a cumprir o protocolo assinado, pelo menos deveria ser feito o contacto com o presidente desta associação.

Sr. Vereador Pedro Pina – Mais uma vez agradeço as questões. Como foi fácil perceber, independentemente da informação que teve oportunidade de obter, é de facto difícil descrever a atividade feita e é difícil encontrá-la. Agradeço que o Sr. Vereador possa facultar o contacto dos respetivos órgãos sociais porque a Câmara Municipal não tem conhecimento que existam. Digo-o respeitosamente, porque é num dia em que hoje se assinala o aniversário de uma coletividade da cidade, porém, acho que ninguém nesta câmara tem qualquer dificuldade em respeitar e valorizar o papel dos dirigentes associativos, as dificuldades, os constrangimentos, e tudo aquilo que está relacionado com o papel que as coletividades e as instituições que a cidade e as freguesias desenvolvem. Isso é muito diferente de um cenário em que os espaços são cedidos e existe um compromisso e uma responsabilidade que deve ser assumida por parte dos dirigentes, sejam eles quem forem, seja a freguesia que for, seja o âmbito da própria instituição aquele que for. Há um incumprimento real e conseqüente há muito tempo. As oportunidades para a dinamização do espaço foram dadas, portanto, neste momento a informação que objetivamente temos é que não existem órgãos sociais formalmente eleitos. A par disto, e congratulo-me pela questão que também coloca, certamente ficará contente com aquilo que será o desenvolvimento daquele espaço. Já estive lá várias vezes, os nossos serviços também, a senhora presidente da junta de freguesia por várias vezes também esteve connosco na escola e portanto estranhámos outro tipo de circunstância que não aquela com a qual nos deparamos e que é a total ausência de atividade naquele mesmo espaço. Perante esta situação certamente no final o Sr. Vereador terá oportunidade de dar o contacto do presidente, ou da pessoa dita presidente, e com base nessa informação certamente poderemos avaliar se corresponde à última informação dos órgãos sociais e do relatório de atividades que nos fizeram chegar e que para ser sincero não é propriamente dos últimos anos. Certamente com esse contacto será possível abordarmos a situação.

Sra. Presidente – Depois de uma saída fantástica de quem lá estava, o Sr. Rafael e uma série de moradores da zona, houve uma eleição na coletividade e ficou lá o Sr. Luís “da Piedade”, chamo-lhe assim porque é da Aldeia da Piedade, de um local onde se promovem festas. O Sr. Luís teve ali uma atividade sempre muito fraca, sempre muito à volta do petisco e de uns fados. Para nós não passou disso e estaria bem, porque não conseguem mais. O Sr. Luís veio entregar a chave portanto quero saber quem é este presidente. Não houve eleições e agora o Sr. Luís veio pedir de volta a chave para que o seu filho pudesse ganhar algum dinheiro com uns fados e ter um meio de sustento. Tudo isto coincide sempre com o verão e com as alturas mais apetecíveis para se fazer algum dinheiro. Não há direção e se a há eles que digam qual é. A população não conhece a direção e diz que não querem lá estas pessoas. Tem havido alguns problemas naquela família, o Sr. Luís é uma pessoa pacata e algumas coisas aconteceram se calhar até por ele não se conseguir impor. Depois houve umas “arruaças” com o filho acabaram as festas e aquilo fechou. Nós precisamos de edifícios para dar-lhes uso, não andamos só a comprá-los para promover cultura e desporto, etc., precisamos que os edifícios que já existem não caiam nas mãos de pessoas que se utilizam daquilo que é de todos para seu proveito. Mas há mais coletividades assim, fazem só “umas coisinhas” e não temos forma de dizer, até do ponto de vista social, que “parou”. Não há eleições há quanto tempo? A coletividade é da Câmara Municipal e se calhar tínhamos de fazer uma limpeza maior. Estão parados há muito tempo e precisamos que a coletividade não esteja fechada, precisamos de uma porta para a Arrábida e um local para dar apoio às pessoas que fazem BTT e ciclismo. Há que tomar conta daquilo para se fazer esse tipo de atividades, portanto, que seja entregue a outra pessoa, para usufruto da comunidade e da serra. Estamos ávidos para saber quem é o presidente daquela coletividade, não sabemos, e se há algum presidente “no calor dos dias que se avizinham”, a querer criar estas coisas, que seja aqui à nossa frente e para os enfrentarmos de cara. Se alguém é o presidente não sabemos e não fomos informados de quando é que houve eleições, como é que foi, ou não foi. Sabemos é que aquilo continua fechado e portanto tinha de haver esta deliberação

4

para definitivamente lhes tirar aquilo. Ou entregam a chave ou muda-se a fechadura, é indiferente. Aquilo continua fechado, só se foram abrindo estes dias e chamaram o Partido Socialista para dizer que não os contactaram, que são uns “desgraçadinhos” e a quem estão a tirar a atividade. É assim que isto funciona nos períodos que ocorrem, mas nunca chamaram o Partido Socialista nos tempos em que tiveram aquilo fechado. Nos dias das “bagunças” nunca chamaram o Partido Socialista para dizer que precisam de ajuda para pôr as atividades de pé, e sabemos que há pessoas do Partido Socialista em Azeitão. Nunca vimos nada disso e nem sabemos se o Sr. Luís ou o filho serão do Partido Socialista, mas pelo menos se são não pediram ajuda aos seus camaradas. Vêm agora dizer que estão ofendidos, mas não vieram dizer nada ao Sr. Vereador, ou a mim, ou à Câmara. Não disseram nada como das outras vezes, dizem que vieram fazer a reversão e que nem sequer os contactaram. Vamos ter o prazer de saber quem é o presidente.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Independentemente das boas intenções que a Sra. Presidente e a Câmara têm relativamente ao funcionamento de associações, clubes e coletividades, elas por si têm todo o direito de funcionar como entendem. Não é competência da Câmara Municipal interferir na vida das associações, dos clubes e das coletividades. Esse é um ponto que entendemos ser completamente transparente, e é líquido que seja assim, independentemente de termos um sentido crítico e a capacidade de saber e perceber se funciona ou não. Também temos o direito, neste caso a Câmara, de retirar a escola se não cumprirem os pressupostos do contrato. Ninguém veio ter com o Partido Socialista a falar neste assunto, comecei por dizer que fui eu que tive a curiosidade, entre outras razões, por ser um sítio que conheço, onde vivi e até tenho família, e interessou-me saber se a coletividade funcionava ou não, como funcionava e se estavam a ser cumpridos os pressupostos. A resolução dos contratos é uma solução extrema e não aceitamos de ânimo leve que se retirem os contratos antes do término que só termina em 2018, sendo que já aconteceu outra situação em Brejos de Azeitão. Foi isso que me levou a tentar saber como funcionava e quem eram as pessoas, a informação foi-me dada pela mãe de alguém que disseram ser o presidente da direção. Foi por isso que comecei por dizer que o Sr. Vereador certamente está muito mais bem informado que eu, porque estou afastado daquela realidade e não sei. Comecei por definir essa situação, portanto, ninguém veio ter com o Partido Socialista, embora o pudessem ter feito e nem comigo pessoalmente. Fui eu que tive essa curiosidade e quis saber, em nome da bancada do PS, dos porquês da resolução deste protocolo. Não houve outra iniciativa de ninguém e nem sei quem é a pessoa, portanto, não sei se é do PS, PCP ou PSD, ou de outro partido qualquer, e nem me interessa.

Sra. Presidente – Mas então sabe quem é a pessoa.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Não sei, Sra. Presidente, falei com uma senhora que disse que era a mãe do presidente. Comecei por dizer isso, não ponha palavras na minha boca que eu não disse.

Sra. Presidente – Peço desculpa, mas não tinha ouvido que era a mãe.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Se calhar a Câmara e a decisão que for aqui tomada tem toda a razão de ser, porque se calhar aquilo não funciona. A informação que tive foi que funcionavam, mas não era todos os dias porque é difícil arranjar pessoas para manter o espaço aberto. Funcionava ao fim de semana, quando o café da aldeia está fechado e serviam uns cafés e havia atividades como o pingue-pongue. Não sei, não conheço a associação, não frequento e não sei mais do que isto. Isto não é uma questão política, mas de esclarecimento sobre uma proposta que é política na sua decisão, mas a intervenção não tem a ver com esse fundamento. Tenho simplesmente o intuito de ser esclarecido e também tentar perceber se há outra razão ou quais são as razões. A Sra. Presidente já disse a razão, há uma com que não concordamos, a de a Câmara achar-se no direito de dizer ou decidir em função daquilo que é a atividade das coletividades quando estas são autónomas, têm eleições e têm corpos sociais. A Câmara não

4

tem de fazer juízos de valor sobre a sua atividade. Compete sim em função de um protocolo que foi assinado ver se está a ser cumprido, ou não, e tomar a decisão que foi aqui hoje proposta. Isso sim, pode fazê-lo, agora sobre a vida das coletividades associações e dos clubes desde que não haja subsídios não parece que seja justo fazer essa análise senão tínhamos de analisar muita outra coisa e não estamos aqui para isso. Que fique claro que não houve nenhuma intenção da parte de ninguém de vir junto do Partido Socialista fazer queixinhas. Não falei sequer com a pessoa, mas apenas alguém que por acaso me disse que era a mãe do atual presidente. A senhora disse se podíamos aqui colocar a questão e afirmou que não tinham sido contactados, mas desde há uma semana que não iam à escola. Disse-lhe para verem se tinham alguma carta da Câmara Municipal a propósito da resolução do contrato, ela foi ver e voltou a ligar-nos e respondeu que não havia correspondência da Câmara. Foi por isso que coloquei a questão e temos o direito de saber sobre esta situação. Não há aqui mais nada do que isso nem nenhum propósito político, não é para se fazer um facto político, porque não estamos aqui para isso. É um simples esclarecimento, Sra. Presidente, não veja fantasmas onde eles não existem.

Sr. Vereador Pedro Pina – Ficámos a perceber que afinal o contato com a direção foi com a mãe do presidente. Já agora, Sr. Vereador, para que fique claro e para que fique esclarecido, é um princípio básico que a Câmara Municipal não deve por princípio se imiscuir no normal funcionamento das instituições. Não passa pela cabeça de ninguém e nem deste executivo chegar ao pé de uma instituição e dizer o que é que devem fazer e como é que vão funcionar, mas também não é menos verdade que às instituições compete um conjunto de deveres a cumprir com o que têm estabelecido com a Câmara Municipal. Há um incumprimento da parte desta instituição para com a Câmara sobre um bem que é um património municipal e de todos. Ora a par disto decorre que para todos os efeitos a Câmara desconhece os órgãos sociais, não existem órgãos sociais eleitos para o mandato que vigora no período de tempo dos últimos quatro anos. Portanto, e como deve calcular, é um bocado caricato que a informação que nos traz aqui, com todo o respeito por quem a passou, seja passada pela mãe do suposto presidente da instituição. O Sr. Vereador compreenderá, com todo o respeito que nos pode merecer essa munícipe, que para todos os efeitos valida poucas questões essenciais. Já agora há ainda incumprimento com várias cláusulas que estão estabelecidos no contrato de utilização do espaço. Nunca nos passaria pela cabeça, compreendendo a dinâmica do movimento associativo e percebendo as dificuldades, chegar ali e à revelia do normal funcionamento das instituições "ponto final parágrafo" e agora saem. Não, este processo demorou tempo, foram feitas abordagens, foi-se junto da população perceber se havia dinâmica, foi-se falar com a presidente da junta de freguesia e não temos contacto absolutamente nenhum. Quando tomam posse novos órgãos é um dever que façam chegar aos serviços da Câmara a informação de que foram eleitos. Recebemos isto das mais diferentes entidades, a dizer que foram empossados no dia "tal". Desconhecemos por completo os órgãos sociais que neste momento gerem a instituição num espaço municipal. É nosso dever, por uma questão de princípio, proteger o bem público, é do que estamos a falar e esta decisão vai ao encontro disso. Creio que será da satisfação do Sr. Vereador, para um espaço que lhe é caro e todos nós temos espaços simbolicamente caros do ponto de vista do nosso percurso pessoal, que acredito que a solução que encontraremos para aquele espaço irá dar-lhe uma boa dinâmica.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 7 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e PSD/CDS e 4 abstenções dos Srs. Vereadores do PS.

4

5. **Deliberação n.º 87/17 – Proposta n.º 19/2017 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Escritura de justificação notarial do prédio urbano, sito na Avenida General Daniel de Sousa, 5 A, da União das Freguesias de Setúbal, em Setúbal**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 24 a 28, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

6. **Deliberação n.º 88/17 – Proposta n.º 03/2017 – CBSS – Aceitação de doação ao Município, efetuada pela empresa “K-Med XXI, Lda.”**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 29, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

7. **Deliberação n.º 89/17 – Proposta n.º 05/2017 – DURB/DIPU/GAPU – Minuta de protocolo de permuta do lote 23 do alvará de loteamento 1/1996, sito no Bairro Dias, por uma parcela de terreno sita na Rua Flávio Resende, Freguesia de S. Sebastião**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 30 a 36, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

8. **Deliberação n.º 90/17 - Proposta n.º 08/2017 – DAAE/SAEN – Apoio financeiro – Parceria Programa Nacional de Educação Ambiental Eco-Escolas 2016/2017 – Adenda – ACM/YMCA Camp – Parque Ambiental do Alambre**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Manuel Pisco Lopes, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 37 e 38, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

9. **Deliberação n.º 91/17 – Proposta n.º 38/2017 – DCED/DICUL – Isenção de taxas de cedência em equipamentos culturais municipais**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 39, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

10. **Deliberação n.º 92/17 – Proposta n.º 39/2017 – DCED/DICUL – Apoio financeiro à Associação Cultural Sebastião da Gama**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 40, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.



11. Deliberação n.º 93/17 – Proposta n.º 40/2017 – DCED/DICUL – Apoio financeiro à Sociedade Musical e Recreativa União Setubalense

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 41, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

12. Deliberação n.º 94/17 – Proposta n.º 41/2017 – DCED/DIDES – Apoio financeiro ao Clube de Ténis de Setúbal – Eventos desportivos internacionais 2017

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 42, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

13. Deliberação n.º 95/17 – Proposta n.º 42/2017 – DCED/DIDES – Clássica da Arrábida em Ciclismo 2017-2019 – Contrato programa

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 43 e 44, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

14. Deliberação n.º 96/17 – Proposta n.º 43/2017 – DCED/DIDES – Apoio financeiro à Associação de Ciclismo do Distrito de Setúbal – Eventos desportivos 2017

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 45, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

15. Deliberação n.º 97/17 – Proposta n.º 44/2017 – DCED/DIDES – Isenção de taxas de em equipamentos desportivos municipais

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 46, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

16. Deliberação n.º 98/17 – Proposta n.º 45/2017 – DCED/DIDES – Isenção de taxas para provas desportivas de ciclismo em 2017

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 47, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

B) Período destinado à intervenção do público


Sr. Augusto Cruz – Leu um documento, do qual fez entrega, ficando o mesmo arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 48.

A Sra. Presidente submeteu à votação e aprovação as deliberações tomadas em minuta, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezoito horas e vinte e dois minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

A Presidente da Câmara,



Maria das Dores Marques Banheiro Meira

Esta ata que foi aprovada em reunião de Câmara de 05 de abril de 2017, por unanimidade, contém 19 folhas numeradas e rubricadas pela Sra. Presidente.

O Diretor do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Ata elaborada por:
Manuel Monteiro Cordeiro

Conferida por:
Ana Cristina Claro